

## PRODUÇÃO EM BRASÍLIA

# As propostas "curiosas" da bancada federal

**Deputados querem de proibição à venda de dinamite a obrigação de bebedouro em boates**

▲ NATÁLIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Nos primeiros seis meses de mandato desta legislatura, a bancada federal capixaba propôs 118 projetos de lei—98 na Câmara dos Deputados e 20 no Senado. O quantitativo pode parecer alto, mas os assuntos de maior interesse para o Espírito Santo, no geral, não são prioridade para os parlamentares, que deram entrada em diversos projetos, digamos, "curiosos".

Carlos Manato (SDD), por exemplo, apresentou

um texto para obrigar as casas noturnas e os estabelecimentos com pista de dança e bar a instalarem bebedouros de água para uso dos frequentadores. Ele também quer proibir, por lei, a fabricação e comercialização de banana de dinamite, além de obrigar as bulas de remédio a serem escritas com letras maiores.

Já Jorge Silva (Pros) propôs mudar a legislação para autorizar que preservativos femininos sejam vendidos em qualquer estabelecimento. Ao mesmo tempo, Sérgio Vidigal (PDT) quer exigir que bebidas energéticas tragam nos rótulos a seguinte informação: "A mistura com bebida alcoólica

pode causar doenças do fígado". O pedetista também é autor de um projeto para padronizar carregadores de telefones celulares.

Assim como em outros anos, há uma lista de projetos conhecidos como "cobra d'água" — que não produzem efeito prático na vida do cidadão. Entre esses casos, Evair de Melo (PV) propôs que Venda Nova do Imigrante seja declarada Capital Nacional do Agroturismo, e Max Filho (PSDB) sugere uma nomenclatura para a Rodovia ES 393, entre Muqui e Cachoeiro.

## SEM PRODUÇÃO

Dos 13 representantes do Estado em Brasília,



Vidigal propõe alerta em energéticos



Manato quer bebedouros em boates

apenas dois não apresentaram nem um projeto sequer no primeiro semestre de atividades em Brasília: Givaldo Vieira (PT) e Marcus Vicente (PP).

"Ainda estou em um

momento de readaptação na Câmara, para me rearticular para pegar a relatoria de matérias importantes", pontuou Marcus Vicente.

Givaldo, que é estrea-

te na Câmara, disse que a falta de projetos se deu porque concentrou seu trabalho na proposição e criação da Comissão Especial da Crise Hídrica, da qual é relator.

## O QUE OS DEPUTADOS FEDERAIS SUGERIRAM

### ▼ Carlos Manato (SDD)

- Obrigar casas noturnas a instalarem bebedouros para os frequentadores

- Proibir a fabricação e comercialização de banana de dinamite

### ▼ Dr. Jorge Silva (Pros)

- Autorizar que camisinhas femininas

possam ser vendidas em qualquer comércio

- Estender o Programa da Merenda Escolar aos profissionais de escolas públicas

### ▼ Evair de Melo (PV)

- Declarar Venda Nova do Imigrante como a Capital Nacional do Agroturismo

- Estabelecer critérios para autorizar a entrada

em território nacional de produtos vegetais de outros países.

### ▼ Givaldo Vieira (PT)

- Não apresentou projetos

### ▼ Helder Salomão (PT)

- Criar "Colegiados Intergovernamentais" integrados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Modificar a lei que

institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária

### ▼ Lelo Coimbra (PMDB)

- Estabelecer exigências para formação e registro de novos partidos políticos

- Incluir o exame toxicológico para obter ou renovar CNH

### ▼ Marcus Vicente (PP)

- Não apresentou projetos

### ▼ Max Filho (PSDB)

- Que a Rodovia ES 393 seja denominada "Francisco Pereira Ladislau Neto"

### ▼ Paulo Foletto (PSB)

- Instituir a "Semana de luta e conscientização sobre a depressão"

- Que Apaes e

Pestalozzi possam ser contratadas como prestadoras de serviços do Poder Público

### ▼ Sérgio Vidigal (PDT)

- Obrigar a padronização dos carregadores de telefones celulares

- Inserir mensagem de alerta em bebidas energéticas

## VILA VELHA

# Ex-servidora condenada ganha novo cargo

**Ela é irmã de ex-vereador e foi alvo de sentença por irregularidade quando atuou na prefeitura**

▲ LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

A Prefeitura de Vila Velha nomeou para um cargo comissionado uma irmã do ex-vereador da cidade, Jonimar Santos Oliveira. Elisângela dos Santos Oliveira Federici vai ocupar a função de coordenadora de abrigo, da Secretaria de Assistência Social, de acordo com publicação no Diário Oficial do Estado.

Elisângela já teve um cargo na prefeitura e sofreu condenação por im-

## PUNIÇÃO

29,7 mil reais

É quanto a servidora foi condenada a devolver aos cofres públicos.

probidade administrativa por informar ter curso superior e receber gratificação salarial quando, na verdade, ela não teria a formação completa.

A sentença, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde, é de outubro de 2014 e



Na prefeitura, servidora terá cargo comissionado

passível de recurso.

A decisão determina o pagamento de R\$ 29,7 mil de ressarcimento e outros R\$ 8 mil de multa. Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Vila Velha informou apenas que a administração exige, no momento da posse, que sejam apresentados documentos de idoneidade, "o que ainda não foi feito pela nomeada", diz a nota da administração municipal. A prefeitura não informou o salário que a servidora nomeada deve receber.

Jonimar não quis comentar o assunto e informou que não mantém contato com a irmã. A reporta-

gem tentou, também, falar com a defesa de Elisângela na ação, sem sucesso.

## OUTRO CASO

O prefeito Rodney Miranda (DEM) tem, ainda, que explicar ao Tribunal de Contas do Estado uma outra nomeação. Trata-se do ex-presidente da Câmara, José de Oliveira Camillo, lotado no cargo de assessor especial. Uma denúncia recebida pelo órgão dá conta de que a nomeação seria ilegal porque ele sofreu reverses no próprio tribunal. De acordo com publicação no Diário do TCEs de ontem, Rodney terá cinco dias para prestar informações sobre o caso.

## SUPERSALÁRIOS

# Taufner ganhou mais de R\$ 100 mil

Presidente do Tribunal de Contas recebeu só em junho R\$ 103.338 líquidos, considerando auxílios, indenizações, gratificações e diárias

## Pedro Callegario

Apesar de o salário de conselheiro ser de R\$ 30.471,10, o presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), Domingos Taufner, recebeu mais de R\$ 100 mil no último mês, conforme mostra o Portal da Transparência do próprio órgão.

De acordo com os dados, além do salário, da gratificação por exercer a presidência (R\$ 4.570,66) e dos demais auxílios (R\$ 4.702,30), Taufner recebeu mais R\$ 75.614,76 referente a indenizações e diárias.

Com isso, o salário do conselheiro foi mais que triplicado e chegou a R\$ 103.338,80 líquidos em junho, considerando já descontos com Imposto de Renda e contribuição previdenciária. O valor equivale a 131 salários mínimos (R\$ 788 cada).

Além dele, outros dois conselheiros receberam salário maior

do que o previsto para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 33,7 mil, que estabelece o teto que pode ser pago para os funcionários públicos do País.

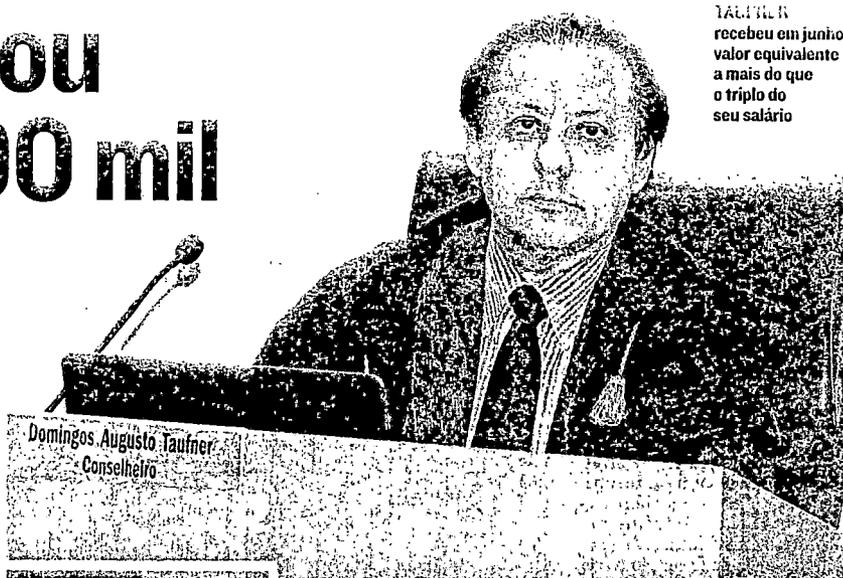
O conselheiro Carlos Ranna recebeu em junho R\$ 43.521,95 líquidos, e o conselheiro afastado Valci Ferreira recebeu R\$ 36.618,65. O salário de ambos conta com retroativos de R\$ 16 mil e R\$ 22 mil, respectivamente, referente a vantagens que deixaram de ser pagas entre 1994 e 1998.

Os outros quatro conselheiros e os três procuradores de contas receberam em junho entre R\$ 35.487,89 e R\$ 40.106,40 brutos. Com os descontos, esse valor fica entre R\$ 25.547,63 e R\$ 29.260,88.

Os altos salários não são pagos somente no TC-ES. No Tribunal de Justiça do Espírito Santo, os 28 desembargadores tiveram vencimentos no último mês entre R\$ 37.177,53 e R\$ 71.556,63 brutos, sem considerar os descontos, somando subsídio, benefícios e retroativos.

Com as deduções de Imposto de Renda e Previdência, ficaram entre R\$ 25.311,61 e R\$ 54.314,08.

No Ministério Público Estadual, os salários líquidos, com os descontos, dos 31 procuradores de Justiça em maio, último mês com dados disponíveis, variaram de R\$



Taufner recebeu em junho valor equivalente a mais do que o triplo do seu salário

## OS NÚMEROS

**R\$ 30.471**

é o salário de conselheiro

**R\$ 33,7 mil**

é o salário dos ministros do STF

39.953,14 a R\$ 56.415,28. Eles receberam R\$ 16 mil mensais referentes a retroativos.

Entre os benefícios a que os membros dos três órgãos têm direito, estão auxílio-alimentação de R\$ 1,6 mil, auxílio-moradia de R\$ 4.377 e auxílio-saúde de R\$ 959.

## Órgãos justificam salários

O salário de R\$ 103.338,80 recebido no mês passado pelo presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), Domingos Taufner, foi ocasionado pelo pagamento de férias não tiradas pelo conselheiro. Segundo o órgão, esta é uma situação atípica.

O TC-ES destacou que o presidente não recebe o valor mensalmente. Do valor total, R\$ 74.278,60 são referente a 66 dias de férias

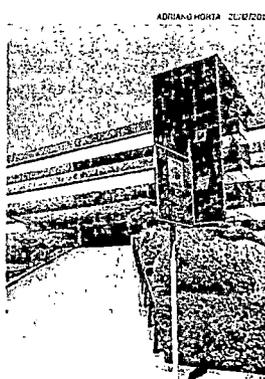
que não foram gozadas, sendo 50 dias, em 2012, e 16, em 2013.

Conforme explicou o órgão, nem conselheiros e nem servidores recebem acima do teto constitucional. Retroativos, auxílios e demais vantagens eventuais não se submetem ao teto remuneratório, fixado pelo salário pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF): de R\$ 33,7 mil.

Já o Tribunal de Justiça do Estado informou que o Portal da Transparência segue todas as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentando todas as informações exigidas, e que as planilhas contêm as explicações.

O Ministério Público Estadual, por sua vez, justificou que o retroativo de R\$ 16 mil pago em parcelas aos procuradores de Justiça são devidos por dois motivos: R\$ 8 mil, desde agosto de 2010, por decisão do STF que determinou o pagamento retroativo a 1994; e R\$ 8 mil pela diferença de subsídio entre janeiro de 2005 e junho de 2006.

O órgão reforçou que o retroativo e o valor de caráter indenizatório de exercícios anteriores não estão sujeitos ao teto remuneratório.



FACHADA DO TJ: explicações

## ENTENDENDO O CASO

## Tribunal de Contas

► O PRESIDENTE, conselheiro Domingos Taufner, registrou o maior salário entre os membros: R\$ 103.338,80. O valor soma salário, auxílios e indenização de férias (R\$ 75.614,76).

► OUTROS DOIS conselheiros tiveram salário maior do que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que recebem R\$ 33,7 mil. Carlos Ranna teve salário líquido de R\$ 43.521,95, e Valci Ferreira, que está afastado do cargo por decisão da

Justiça, R\$ 36.618,65. Ambos recebem retroativo relativo a vantagens não pagas entre 1994 e 1998.

## Tribunal de Justiça

► NO JUDICIÁRIO, 24 desembargadores receberam salário líquido — já com os descontos — maior do que o estabelecido para os ministros do STF. Quatro deles receberam em junho menos de R\$ 33,7 mil.

► OS VENCIMENTOS sem os descontos variaram entre R\$ 71.556,63 e R\$

37.177,53. Com os descontos, ficaram entre R\$ 54.314,08 e R\$ 25.311,61.

## Ministério Público

► NO MINISTÉRIO Público, contando os auxílios e atrasados que receberam os procuradores de Justiça, em maio, último mês disponível nos portais, os salários variam de R\$ 56.415,28 a R\$ R\$ 39.953,14.

Fonte: Portais de Transparência dos órgãos.

## Vidigal vira réu em processo no STF por crime ambiental

O deputado federal Sérgio Vidigal (PDT) é réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) por crime ambiental.

O processo foi aberto pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) contra o município da Serra quando Vidigal ainda era prefeito, em 25 de janeiro de 2011, na 4ª Vara Criminal da Serra. A prefeitura teria concedido alvará para uma obra que supostamente causou danos ambientais à cidade.

Como Vidigal foi eleito deputado federal em 2014 e tem foro es-



VIDIGAL tem foro especial

pecial por prerrogativa de função, o processo subiu para o STF.

Segundo o advogado do parlamentar, Altamiro Thadeu Sobrinho, Sérgio Vidigal não deveria ser citado como réu, uma vez que o processo é contra o município.

"Ele poderia ser citado como representante do município, mas não como réu. É uma ação atípica e está fadada ao insucesso", avaliou.

O advogado ainda declarou que já entrou com uma manifestação, alegando que Vidigal não pode ser réu no processo.

## Falta opção para novo fórum, afirma Amages

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, disse não ver problemas na instalação do Fórum de Vitória em qualquer um dos bairros e declarou: "Não se pode descartar nenhuma oferta".

A afirmação vai contra o posicionamento do presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, que se disse contrário ao uso do prédio do Hotel Canto do Sol, em Jardim Camburi, por ser de difícil acesso da população, em sua avaliação.

Segundo Turíbio, Vitória sofre hoje carência de terrenos para a construção de novos edifícios com os requisitos previstos pelo Judiciário. "Não se sabe nem mesmo se o hotel vai oferecer seu prédio", complementou o magistrado.

De acordo com o edital, os interessados deveriam inscrever seus imóveis até ontem. Os candidatos devem ter capacidade para um prédio com, no mínimo, 7600 m².

Uma coletiva será concedida hoje pelo presidente do Judiciário desembargador Sérgio Bizzotto para esclarecer o assunto.